



**Assessoria à Implementação de Propostas de
Políticas Públicas de Fomento ao
Empreendedorismo e Desenvolvimento Regional
nos Territórios do Estado de São Paulo**

**Mapeamento técnico para a região de articuladores
de Jundiaí**

SUMÁRIO EXECUTIVO

Jundiaí, 08 de janeiro de 2021

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Introdução

Este documento refere-se à primeira etapa do projeto conduzido em conjunto pelo **SEBRAE-SP** e a **Fundação Getulio Vargas – FGV** que tem como objetivo promover a discussão e implementação de Políticas Públicas de Fomento ao Empreendedorismo nos Territórios do Estado de São Paulo. Para a implementação deste projeto o Estado de São Paulo foi dividido em 28 regiões¹, conforme apresentado a seguir, com destaque para a região de Jundiaí, objeto deste documento.



Figura 1: Divisão regional do projeto

Nesta etapa é apresentado o **Mapeamento Técnico da Região de Jundiaí**, o qual objetiva fornecer informações relevantes para construção de agenda de ação conjunta e sugestões de formulação e implementação de

políticas públicas ligadas a sete temas principais:

- ▣ Desenvolvimento Local e Regional;
- ▣ Compras Governamentais e da Agricultura familiar;
- ▣ Agentes de Desenvolvimento;
- ▣ Desburocratização e Melhoria do Ambiente de Negócios;
- ▣ Inovação no Setor Público e Economia Criativa;
- ▣ Legislações de Desburocratização e Fortalecimento das Micro e Pequenas Empresas; e
- ▣ Associativismo e Cooperativismo.

O diagnóstico conta com a descrição detalhada sobre três dimensões de análise, sendo que em cada uma das dessas alinha-se às questões referentes as sete diretrizes acima mencionadas:

- ▣ **Dimensão social:** compreende dados de demografia, educação, saúde, assistência social e índices de desenvolvimento humano;
- ▣ **Dimensão econômica:** contempla dados regionais sobre o Produto Interno Bruto (PIB), as vocações econômicas e o setor agropecuário; e
- ▣ **Dimensão institucional:** abrange dados fiscais recentes, o cenário de consórcios

¹ As Regiões de Articuladores correspondem aos conjuntos de municípios que formam as áreas de atuação

e de aplicação dos Planos de Ação desenvolvidos no âmbito deste Projeto.



intermunicipais e de instrumentos de planejamento, bem como dados sobre inclusão produtiva, associativismo e cooperativismo e compras governamentais.

As fontes dos dados consistem, principalmente, em plataformas de dados públicos como os disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Ministério da Economia, Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Receita Federal, entre outros, compreendidos em sua versão mais recente. Para tópicos específicos, como inclusão produtiva, associativismo e cooperativismo e compras governamentais, foram utilizados dados coletados em pesquisa primária realizada conjuntamente pela equipe especializada do SEBRAE-SP e a equipe técnica da FGV junto a uma amostra estadual de municípios.

Assim, a aproximação analítica com a região foi realizada com metodologia coerente com a proposta discutida com o SEBRAE-SP, visando produzir um diagnóstico regional capaz de direcionar a formação da agenda de políticas e a formulação do plano de ação que será aplicado posteriormente no decorrer do projeto.

2. A dimensão social

2.1 Características demográficas

A região é integrada por 9 municípios cujo território soma 949.818 habitantes, o que representa cerca de 2,1% da população do Estado de São Paulo.

Comparativamente às demais, essa região é a 14ª mais populosa do Estado, uma posição mediana frente as populações das demais regiões. Dentro da região existe uma concentração da população no município de Jundiaí, com 418.962 habitantes, ou 44 % da população total regional. Várzea Paulista e Itatiba, estão na segunda e terceira posição e possuem bem menos habitantes, pouco mais de 120 mil. A partir daí a discrepância se acentua ainda mais, em torno de 80 e 60 mil habitantes para Campo Limpo Paulista e Itupeva, respectivamente; seguidos de Cabreúva e Louveira com quase 50 mil; Jarinu com pouco mais de 30 mil; até chegar na última posição e mais discrepante, ocupada por Morungaba, com pouco mais de 10 mil habitantes. Portanto, algumas características demográficas influenciadas pelo total da população podem não representar o contexto de muitos municípios com menos habitantes. Quanto ao crescimento populacional, entre 2018 e 2019, a região teve um aumento na ordem de 1,3%, o que a qualifica com o maior crescimento na comparação com as demais regiões de articuladores. Essa variação populacional entre os anos de 2018 e 2019 nos

9 municípios é heterogênea e se intensifica ainda mais em alguns deles. O crescimento foi bem maior nos municípios com populações entre 60 e 30 mil habitantes, com taxas de 3% a 2% de crescimento. As taxas mais próximas do índice geral de 1% ficaram com os municípios de populações acima dos 100 mil habitantes. Com exceção de Morungaba, que também possui taxa de crescimento de 1% e corresponde ao município menos populosos.

Em relação a composição etária e por sexo, se destaca o uso de indicadores como o índice de envelhecimento, razão de sexo e razão de dependência. O índice de envelhecimento da região foi de 48,8 habitantes com mais de 65 anos para cada 100 jovens com menos de 15 anos, valor inferior ao índice médio de envelhecimento do estado de SP de 53. Comparada às demais 27 regiões, Jundiaí é a 5ª com menor proporção de idosos. Assim, o seu grande aumento populacional não parece estar associado à população envelhecida, a qual, é proporcionalmente menor que a do estado. No tocante a razão de sexo, o valor do indicador foi de 97,6 homens para cada 100 mulheres, o que é um valor superior ao índice estadual de 95. Dos 9 municípios, 7 possuem razão superior a 97,6 e desses, 4 contradizem a tendência de maioria numérica feminina e possuem a maioria da população masculina (Morungaba, Cabreúva, Louveira e Itupeva).

A razão de dependência é a 4ª menor de todo o estado, com 42,3 pessoas economicamente dependentes (inferior a 15 ou superior a 65 anos) para cada 100 pessoas em idade economicamente ativas. Apesar da diferença em relação à região com maior razão de dependência (Vale do Ribeira - 49,1) observa-se baixa variabilidade deste índice entre as 28 regiões. Ou seja, existe uma população grande em idade produtiva comparada à população dependente em todo o estado de SP e Jundiaí possui, proporcionalmente, uma das maiores. Como sua população infantil, na faixa dos 0 aos 9 anos, é muito similar à média do estado, ao mesmo tempo em que possui população menos envelhecida e uma parte da população ativa, na faixa dos 25 aos 40 anos superior à proporção do estado, esse cenário parece ter contribuído para uma população menos dependente.

Apesar dessa base da pirâmide similar à média estadual, em termos de fecundidade, a região ocupa a 4ª maior colocação no estado para a taxa de fecundidade, em 2018, foi de 1,74 filho/mulher (acima da média estadual, 1,68). Ainda sobre fecundidade, mas agora de acordo com a faixa etária, na comparação estadual, a região de Jundiaí apresenta menor TEF's nos grupos de idade entre 15 e 19 anos e indicadores mais elevados para as mulheres do grupo de idade entre 25 e 29 anos. Assim, possivelmente as mulheres na região estão

tendo filhos mais tardiamente do que a média das mulheres do Estado. Em relação aos índices de mortalidade, os 9 municípios somaram 5.539 óbitos (1,9% do total estadual), pouco menor que sua representação da população estadual de 2,1%.

No tocante à taxa bruta de mortalidade (indicador que revela a proporção do número de óbitos por 1.000 habitantes), a região possui 6 óbitos/1.000 habitantes (inferior à média estadual de 6,6). Importante, no entanto, se atentar para alguns municípios que não compartilham desse contexto, Jarinu, Jundiaí e Morungaba, possuem as maiores taxas em mortalidade bruta com índices superiores em relação à média estadual. Também é importante ressaltar que a população masculina em meados dos 0 aos 9 anos é superior em proporção de mortes que o estado. Também a sobremortalidade masculina fica superior ao estado em várias faixas etárias, com maiores discrepâncias por voltas dos 5 anos e dos 20 anos.

2.2 Características educacionais

A primeira análise consiste no número de matrículas por docente (indicativo de sobrecarga do sistema educacional). A região apresenta padrão de sobrecarga similar ao estado na maioria das etapas de ensino. Porém dentro da educação infantil, na pré-escola,

Jundiaí se apresenta muito mais sobrecarregada em matrículas por docente. Também o ensino médio do EJA, demonstra sobrecarga. Pode-se caracterizar Jundiaí como um local dependente do ensino público em todas as etapas de ensino. Nessa linha, existe concentração entre 76% e 100% das matrículas na rede pública dependendo da etapa de ensino (Infantil, fundamental, médio e EJA). Novamente, a educação infantil é a de maior discrepância, mas dessa vez em participações de matrículas de escolas públicas, 6% superior comparada ao estado.

Com relação ao ensino profissional e técnico, destaca-se o fato de a modalidade predominante ser o curso subsequente e o curso concomitante ao ensino médio. Esse último sinaliza sobrecarga em matrículas por docente quando comparados ao estado (32,6 alunos por docente frente 27,9 no estado). A participação da rede pública é ligeiramente inferior à média estadual, com 50% das 9.453 matrículas desta modalidade de ensino provenientes da rede pública. A região possui 100% dos seus inscritos no ensino técnico Federal no curso de Gestão e Negócios. Bem diferente do Estado que, ainda com concentração nos cursos de informática, automação, gestão e negócios, mecânica e elétrica, oferece mais variedade. Tal concentração pode acontecer tanto pela

orientação da demanda do mercado da região, dado seu caráter mais industrial, como pela falta de oferta de outros cursos nas instituições. No ensino superior, a Grande Área de Engenharia, Produção e Construção a região de Jundiaí possui proporcionalmente quase o dobro de matrícula nesses cursos em relação ao Estado. Por outro lado, assim como os cursos técnicos, as instituições de ensino superior na região carecem de formação em áreas como as de: Ciências naturais matemática e estatística; artes e humanidades; agricultura, silvicultura, pesca e veterinária.

Ainda no ensino superior, em representação estadual a rede municipal ganha destaque tanto em maior participação das instituições, 8,3% como em termos de participação estadual das matrículas, 2,5% do total de todas as matrículas de SP nessa categoria. Em números, a privada ganha destaque, é responsável por 17.171 matrículas das 19.751 da região.

Quanto ao IDEB, segundo os dados de 2019, 88,9% dos municípios apresentaram notas abaixo da meta para os anos finais do ensino fundamental, um pouco abaixo do percentual também elevado no Estado (89,3%). Assim como no estado a Região chama atenção por um grande declínio na qualidade da educação à medida em que se avançam dos anos iniciais do fundamental para os finais do ensino médio.

2.3 Características da área de saúde

Os 9 municípios da região respondem por cerca de 3,1% (ou 2.645) do total de 86.020 de estabelecimentos de saúde disponíveis no estado. Aqui não é possível concluir se esses estabelecimentos são o suficiente para sua população total e para seus 9 municípios. O que é possível verificar é que a região se mostra sobrerrepresentada quando tal participação é confrontada com a sua parcela na distribuição da população estadual (2,1%).

Nota-se que há na região a ênfase na rede ambulatorial de média complexidade (ainda que ligeiramente inferior ao estado), com disponibilidade em mais da metade dos estabelecimentos de saúde na região de Jundiaí (57,4%). A participação de atendimento ambulatorial de atenção básica é ofertada em 37,8% dos estabelecimentos frente ao índice estadual de 33%. As outras modalidades de atendimento (ambulatorial de alta complexidade e hospitalar de média e alta complexidade) variam de 3,1% a 0,5% dos estabelecimentos.

A região sinaliza atenção com níveis inferiores de disponibilidade de leitos de internação hospitalar tanto na rede pública do SUS, como na rede privada, além de também estar sub representada em leitos de UTI SUS e UTI da rede privada. A distribuição dos leitos e respiradores não ocorre de maneira

homogênea. Em 6 dos 9 municípios (Cabrêúva, Morungaba, Jarinu, Campo Limpo Paulista, Várzea Paulista e Louveira) com populações de 49 mil a 124mil habitantes, nenhum chega a 10 respiradores no total. Várzea Paulista, Cabrêúva, Campo Limpo Paulista também possuem a menor concentração de leitos proporcionais à sua população (de 30 a 80 leitos por 100 mil habitantes). O que pode significar um problema para o enfrentamento da atual pandemia do novo Coronavírus.

As causas mais comuns de internação na região no acumulado de 2019 e de janeiro a maio de 2020 foram: gravidez, parto e puerpério; seguida de doenças do aparelho circulatório, doenças do aparelho digestivo, doenças do aparelho respiratório, além de lesões, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas. Outras internações se destacaram em 2019, porém por estarem acima do quociente do estado: Neoplasmas [tumores] (30% acima, representando 10% das internações), Doenças de pele e do tecido subcutâneo (120% acima e representando 5% das internações), além de outros fatores que não conseguiram ser classificados segundo as categorias atuais analisadas (70% acima e representando 3% das internações).

A despeito do perfil de mortalidade da região mais da metade, 56% são causadas por

doenças do aparelho circulatório e neoplasmas e ambas estão acima do limiar do estado. Doenças do ouvido e da apófise mastoide, tem uma das menores participações nas mortes em Jundiá (0,07%), porém são 5 vezes maiores que a limiar do estado. Doenças da pele e do tecido subcutâneo e doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo, depois das doenças de ouvido, tiveram os maiores quocientes em relação ao estado (1,4).

2.4 Características da Assistência Social

A região apresenta volume de equipamentos de serviços em alguns quesitos inferior à sua representação populacional de 2,1%. Isso porque esse percentual de participação varia de acordo com o equipamento entre 1,7% e 2,2%. Embora a análise não explicitamente os efeitos da implementação das políticas públicas por esses aparelhos, a cobertura das políticas de assistência social - CRAS (2,2% ou 25 unidades) e o CREAS (2,7% ou 8 unidades) na região são coerentes com seu percentual de participação populacional. Por outro lado, o Centro DIA de Referência para Pessoa com Deficiência (1,7% ou 140 unidades), o Centro POP– Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (1,8% ou 1 unidade) e a Unidade de Acolhimento responsável pelo acolhimento institucional a indivíduos e famílias afastados temporariamente do núcleo familiar e/ou que se

encontram em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos (1,7% ou 27 unidades), se encontram sub-representados quando comparados à sua representação populacional.

Entre as 45.359 famílias cadastradas no Cadastro Único (1,1% do total estadual), a região possui um perfil diversificado: indígenas, quilombolas, agricultores familiares, de assentamentos de reforma agrária, de catadores de materiais recicláveis e em situação de rua. A região se destaca pela maior proporção de famílias quilombolas em relação ao total de cadastrados quando comparada à média estadual (0,07% ante 0,04% do estado). Isso porque 4% (ou 31 no total) de todas as famílias quilombolas cadastradas no CadÚnico do estado estão em Jundiá. Já em termos de números totais, ainda que em proporção menor que a estadual, verifica-se que os grupos com maiores representatividade no CadÚnico são famílias em situação de rua (0,97% ou 439 famílias) e famílias de catadores de materiais recicláveis (0,47% ou 212). A composição desse perfil é um importante indicador da configuração das famílias vulneráveis da região e deve estar no mapa de qualquer diagnóstico de intervenção.

Com relação ao cadastro único e à extrema pobreza, a região possui bem menos cadastrados (13%) do que a média das demais regiões (23%). Dentre os cadastrados, o

percentual de habitantes em situação de extrema pobreza também é inferior que a do estado, representando 4,5% do total de sua população, ante 8,7% no restante do estado. Em resumo, comparativamente ao estado a região possui um menor percentual de pessoas de baixa renda cadastradas e menor percentual de pessoas em extrema pobreza, porém ainda representa um contingente numérico muito relevante de pessoas em situação de vulnerabilidade de renda (122.449 habitantes).

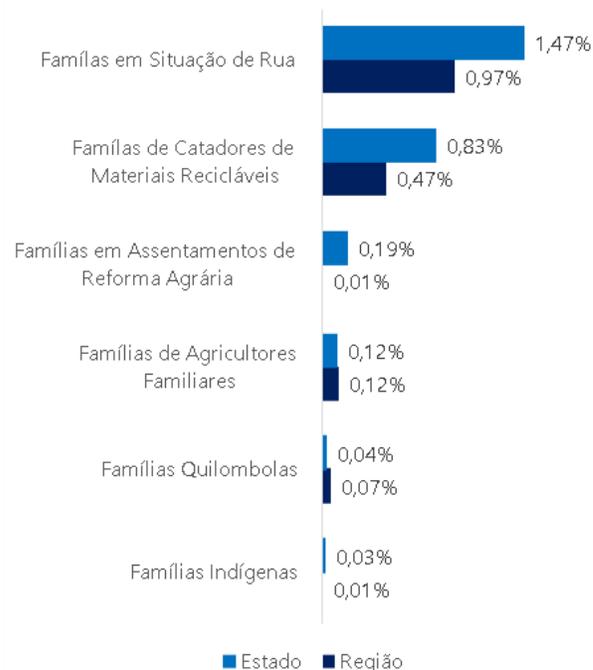


Figura 2: Perfil de famílias cadastradas no CadÚnico em comparação com o perfil estadual

Com relação à transferência de renda, o principal programa pelo qual cidadãos recebem auxílio financeiro é o Bolsa Família. A região



possui o menor percentual de toda SP com aproximadamente 5,8% de sua população recebendo o benefício com um ticket médio de R\$ 54,71. Outra modalidade de transferência de renda que ganhou espaço em tempos recentes, devido à pandemia do COVID-19, foi o auxílio emergencial. Dessa vez, Jundiaí ocupa a 10ª menor posição no ranking de beneficiados pelo programa, com 8,3% da sua população recebendo o auxílio emergencial (média estadual de 9%). Assim, é possível perceber que a demanda por auxílio emergencial na pandemia foi consideravelmente maior que a demanda da população comparada ao auxílio da bolsa família.

Como consequência histórica da infraestrutura social disponível para a população, Jundiaí possui IDHM ligeiramente maior que o estado em todas as categorias (Educação, longevidade e riqueza), com destaque para a educação 1,8% maior que o estado e ocupando a 3ª maior posição em IDHM geral das 27 regiões. O IPRS também converge com valores ligeiramente superiores ao do estado e ainda dando destaque para a educação que agora se apresenta 9% superior à média estadual.

Quando comparada às demais regiões e com base no IPRS, o de renda ocupa posição mais elevada (2ª no IPRS e 3ª no IDHM) enquanto o IPRS de educação e longevidade caem nas posições (ambos em 4ª no IDHM e 6ª e 5ª no

IPRS respectivamente). Entretanto, nem todos os municípios de região correspondem aos índices de desenvolvimento alto/muito alto. O IDHM educação, está no nível médio em 4 dos 9 municípios de Jundiaí (Louveira, Cabreúva, Jarinu e Morungaba). Nos demais IDHM (IDHM longevidade e IDHM renda) se mantêm entre alto e muito alto em todos os municípios da região.

Quando analisados os municípios da região por grupos de IPRS, Jundiaí apresenta bem acima do estado em municípios dinâmicos, seguido pelos desiguais – também acima do estado - e, conjuntamente, equitativos e em transição (abaixo do estado). Quando essa classificação se distribui pela população, os dinâmicos concentram um percentual ainda maior, já os desiguais passam a ter o menor percentual, enquanto os equitativos aumentam e superam o estado.

3. A dimensão econômica

3.1 PIB regional

Na comparação do PIB da região em relação à média estadual e as demais 27 regiões analisadas, Jundiaí se destaca com 180% do PIB per capita médio do Estado, posicionando a região com o maior PIB per capita de todo SP. O que está em linha com os altos níveis da renda pelo IDHM e pelo IPRS da região. O

ponto de atenção aqui e para futuros estudos seria na distribuição dessas riquezas na região e dentro dos municípios.

Numa primeira análise podemos perceber grande concentração de PIB per capita no município de Louveira (350% do valor médio regional). Enquanto, Várzea Paulista, com o menor PIB per capita, corresponde a somente 26% do PIB total médio da sua região. Além da disparidade entre os municípios, também pode ser interessante para futuras análises um olhar para dentro dos municípios sobre como essas riquezas se distribuem internamente, visto que um PIB alto, como o do município de Jundiaí, não necessariamente indica uma boa distribuição de renda e ausência de desigualdades.

Na análise do PIB setorial, a maior diferença positiva é observada na representatividade da indústria para o PIB regional (30,3% e a 5ª em maior valor agregado), demonstrando sua vocação para esta atividade econômica que tende a gerar maiores valores de PIB per capita. Os setores de serviços e comércio são responsáveis por mais de 62% da produção econômica da região. Embora em menor proporção frente à média estadual, os serviços e comércio representam mais da metade do PIB gerado na região. A representatividade dos setores de agropecuária (1,2%) na composição do PIB regional, é o de maior discrepância negativa comparado à média estadual, 60% da média estadual, indicando que essa não é uma vocação da região. Por fim, Jundiaí possui uma das menores representatividades do serviço público no PIB, além de alta disparidade em relação aos primeiros colocados que possuem mais que o dobro de participação do setor público. Assim, seria importante investigar com mais profundidade se essa menor participação dos serviços públicos impacta no atendimento

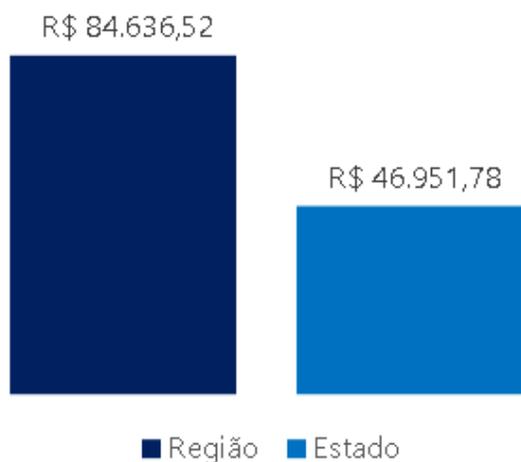


Figura 3: PIB per capita na região de Jundiaí em comparação com a média estadual

das demandas locais e no desenvolvimento da região.



Figura 4: Composição do valor agregado ao PIB na região e no Estado de São Paulo

3.2 Vínculos empregatícios e rendimentos

Na análise dos vínculos formais por porte de empresa é possível compreender que, apesar da distribuição do número total de empresas pelo porte ser similar ao restante do estado, verifica-se maior importância de micro, pequenas e médias empresas na geração de vínculos empregatícios em Jundiaí. Este resultado demonstra que tais portes de empresas empregam mais pessoas, em média, em Jundiaí, do que no restante do Estado. A diferença é compensada no nível de emprego das grandes empresas, que, em média, empregam menos pessoas na região do que no restante do Estado.

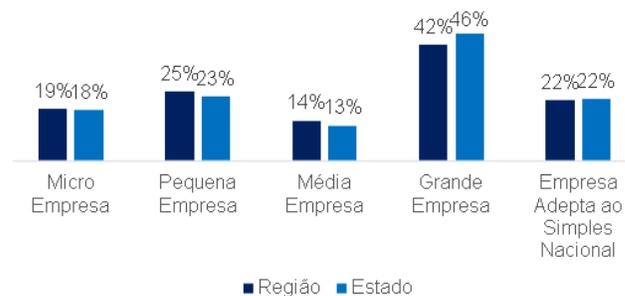


Figura 5: Participação de vínculos formais por porte de empresa na região de Jundiaí

Contraditoriamente ao PIB mais elevado e mais industrial, o rendimento médio dos trabalhadores formais nas empresas é inferior àquele observado no restante do Estado, R\$ 3.188,99 em 2018 ou 97,9% da média estadual no agregado das rendas. Isso se deve ao rendimento inferior das empresas de grande porte, somente 86,8% do valor médio estadual.

A adesão ao Simples Nacional é igualmente similar ao estado, uma vez que na região 58% das empresas estão incluídas neste regime de tributação ante 57% no restante do Estado.

3.3 Formalidade e informalidade dos vínculos empregatícios

No que tange à informalidade, apesar da ausência de informações detalhadas em nível municipal, é possível estimar que o número de pessoas atuando informalmente é provavelmente um dos menores no estado. Para cada 1000 habitantes entre 15 e 65 anos há 452 vínculos formais, o que coloca Jundiaí

como a 4ª região com mais vínculos formais em relação à população em idade economicamente ativa frente as outras regiões.

Um aspecto importante no processo de formalização da economia e de acesso do trabalhador ao sistema de seguridade social se refere aos microempreendedores individuais (MEI's). Para analisar a importância dos MEI's nas diferentes regiões do estado foram analisados o número total de registros ativos por região. Os resultados são apresentados de forma relativa à população em idade economicamente ativa (15 a 65 anos). A região apresenta 83 MEI's registrados para cada 1.000 habitantes entre 15 e 65 anos e situa em nível sem destaque quando comparada as demais 28 regiões. Este indicador variou entre 78 - região de Barretos - até 100 - município de São Paulo (Capital Leste e Capital Sul). Este resultado não dá muitos indícios da tendência empreendedora da região comparada às demais e aliada ao alto índice de vínculos formais. Esse tipo de modalidade jurídica (MEI) é usualmente utilizada para pequenos negócios ou prestação de serviços, portanto é coerente não ter se destacado, uma vez que Jundiaí apresentou percentual inferior em participação no PIB nessa modalidade.

3.4 Atividades econômicas

A análise dos setores produtivos, por meio do quociente locacional calculado com base no número de vínculos formais por atividade produtiva, indica que na economia total, as atividades de fabricação se destacam em Jundiaí quando comparada ao estado. O que é coerente com seu perfil mais industrial. As três que mais se destacam são, fabricação de bebidas em primeiro lugar, seguida de fabricação de peças e acessórios para veículos automotores e, em terceiro, fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos. Todas essas possuem quocientes superiores a 3, ou seja, representam mais de três vezes o percentual dessa categoria na média do estado. Dessas três, somente a de bebida continua com o mesmo destaque em quociente nas MPE's, indicando um destaque dessa modalidade. Também em MPE's o quociente para Fabricação de químicos orgânicos e inorgânicos, resinas e elastômeros, além de transporte aéreo, representam mais que o dobro do estado em proporção de vínculos formais. Comércio por atacado e varejo, não está acima da representação do estado, mas possui a maior representação em vínculos, 24% da economia total de Jundiaí e 32% das MPEs.

Em relação às MEIs dos **55.345** registros em Jundiaí, algumas atividades produtivas se destacam devido ao quociente locacional



superior ao estado, como manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos; pecuária e o apoio à pecuária, além de fabricação de produtos de minerais não metálicos e fabricação de máquinas e equipamentos elétricos. Porém, em nenhuma delas, o quociente é superior a 2, ou seja, possuem menor destaque em proporção de unidades quando comparada ao estado. O que é coerente com o valor inferior à média estadual de vínculos formais em MEIs. Já em termos de representação numérica, comércio por atacado e varejo, organizações associativas e outros serviços pessoais, além de alimentação, juntas representam quase metade do total das MEI's de Jundiaí.

Sobre o setor agropecuário, que é um dos pontos focais do SEBRAE-SP, a região de Jundiaí apresenta participação de 61% da agricultura familiar entre os estabelecimentos agrícolas (inferior aos 65% do estado). Dentre os estabelecimentos, cerca de 26% aderem a algum tipo de associação (inferior aos 33,8% do estado). O que possivelmente se deve ao perfil não agrícola da região. Quanto à assistência técnica, 44% dos estabelecimentos agrícolas têm acesso a algum tipo de apoio às suas atividades. Destacam-se entre os provedores, os de origem própria ou do produtor (44,2%), ainda que inferior à média estadual. Com o segundo destaque estão acessórias

provenientes do governo federal (26%) e em terceiro de empresas integradoras (12,3%). As cooperativas se distanciam muito do estado para baixo em assistência técnica (5,7% ante 24,7%) o que parece estar relacionado ao baixíssimo percentual dessa modalidade entre as formas de associação da região (19% ante 72% do estado). O que sinaliza uma possível modalidade se assistência técnica para melhor ser trabalhada em Jundiaí.

Por fim, em distribuição dos estabelecimentos por atividade, pecuária e criação de outros animais (29,1%) e produção de lavouras permanentes (36,2%) são as mais proeminentes. Sendo que, na primeira categoria está 43% abaixo do estado e na segunda, 129% superior. Indicando uma possível vocação da região em lavouras permanentes, ainda que a agricultura não seja a principal atividade. Horticultura e floricultura também estão 86% acima do estado em concentração e por outro lado, a participação da produção florestal (plantadas e nativas) representam uma participação 64 % inferior.

3.5 Emprego e níveis de ocupação

Sobre a análise do nível de emprego no contexto pandêmico, a situação estadual é a seguinte: aumento da taxa de desocupação, estabilidade na taxa de participação na força de trabalho (total de pessoas com 14 anos ou mais



ocupadas ou desocupadas), redução no mês de julho de pessoas ocupadas afastadas do trabalho por conta do isolamento social, redução no mês de julho de pessoas ocupadas em trabalho remoto, aumento do percentual de pessoas não ocupadas e que não estão procurando trabalho por causa da pandemia, redução da Taxa de Informalidade e impactos negativos no nível do rendimento efetivo das pessoas ocupadas. Os dados entre os meses de janeiro e julho de 2020 revelam que houve fechamento de vagas formais na região, resultado observado em praticamente todo o estado. Considerando os meses a partir de janeiro e o contexto de pandemia, a região apresentou saldo negativo de -15.888 empregos formais e ligeira recuperação no mês de julho (+1.188).

Jundiaí, apesar da mesma tendência, foi mais impactada ainda que o Estado devido à pandemia entre janeiro e julho de 2020. Com exceção de março e julho, a região esteve sempre com menor saldo positivo de empregos formais e maiores saldos negativos. Em maio, por exemplo, Jundiaí apresentou aproximadamente um saldo 175% maior que o índice negativo do estado. Ou seja, proporcionalmente, 175% mais desligamentos comparados às admissões que a média do estado. As médias e grandes empresas foram responsáveis pelo maior percentual de

desligamentos, -8% ante -3% do estado nessa mesma categoria. Esse cenário colocou a região como a 10ª maior em empregos formais desligados comparados aos admitidos, com uma movimentação negativa total de -7,6% na geração de empregos formais.

4. Dimensão Institucional

4.1 Gestão fiscal

A região possui o segundo maior nível de receita per capita estadual e com grande heterogeneidade nesse aspecto entre seus municípios. Jundiaí teve uma receita per capita (R\$ 4.553,52) maior do que a observada no estado (R\$ 3.910,65). Entretanto esse índice regional médio tem muitas discrepâncias, 6 dos 9 municípios estão abaixo dessa média regional com rendas médias de R\$ 2.800,00, enquanto Louveira na maior posição possui renda per capita de R\$ 10.544,43. Outra característica regional é a maior dependência de receitas de transferências comparada às médias estaduais. O que parece contraditório, pois o perfil industrial apresentado pela região bem expandido comparado às demais regiões,

deveria refletir maiores receitas tributárias próprias.

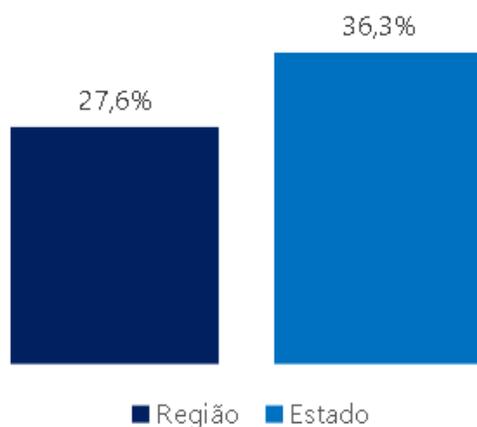


Figura 6: Participação Da Receita Própria

Na composição das transferências na região observa-se que, em 2018, que o percentual de transferências de Jundiaí foi superior ao padrão do restante do estado com as transferências da região representando 120% do total de transferências do estado. Essas transferências se devem especialmente ao nível estadual (61%).

Do ponto de vista das despesas, a região possui um valor de gastos *per capita* superior ao restante do estado (R\$ 3.777,34), a 2ª maior comparada às demais regiões. O perfil de gastos acompanha a distribuição estadual, estando os maiores gastos concentrados nas áreas de Saúde (25%) e Educação (28%).

Lembrando que ambas se encontram ligeiramente acima dos percentuais estaduais de 24% e 26% respectivamente. A região também possui um maior percentual de gasto com pessoal como proporção da receita corrente líquida que a totalidade do estado – 46,6% na região e 42,6% na média estadual. Entretanto, isso não impactou diretamente na maior proporção de municípios acima dos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Assim, 8 dos 9 municípios estavam, no ano de 2018, em conformidade com a LRF fiscal. Observa-se que 1 dos municípios, Jarinu com 28.012 habitantes, foi o único acima do limite máximo de 60% com gastos de pessoal.

Os indicadores de capacidade de pagamento² (CAPAG) municipais mostram que a capacidade de pagamento em Jundiaí, no geral, demonstrou estar acima do estado. Quando somadas as notas A ou B da CAPAG, Jundiaí possui 33% a mais de municípios nessa classificação. O destaque vai para o indicador de endividamento da região em que seus 9 municípios (100%) conseguiram nota CAPAG A. Ao mesmo tempo, o indicador de liquidez foi o único dos três (Endividamento, poupança

² A análise da capacidade de pagamento apura a situação fiscal dos Entes Subnacionais que querem contrair novos empréstimos com garantia da União.

corrente e liquidez) a apresentar maior percentual de municípios com nota C.

4.2 Instrumentos de planejamento setorial

De maneira geral, nacionalmente e dentro do contexto estadual, existe enorme discrepância na implementação dos instrumentos de planejamento setorial, pois a regra é que políticas cuja indução federativa ou exigência legal a torne mandatória tende a gerar maior implementação desses instrumentos. Esta é a situação de áreas como saúde (exigência do SUS), educação (exigência do Plano Nacional de Educação) e Assistência Social (exigência do SUAS). Por outro lado, políticas cujo planejamento é mais dependente da vontade política no âmbito da autonomia municipal tendem a ser bem menos planejadas, como ocorre em áreas como políticas para mulheres e segurança alimentar. Estas duas últimas são ainda menos trabalhadas em Jundiaí que no restante do estado, não existindo nenhum município com planejamento municipal de políticas para as mulheres ou com planejamento em segurança alimentar. Em nível intermediário encontram-se setores como resíduos sólidos (17% superior em Jundiaí) e habitação (144% superior em Jundiaí). Estes possuem legislações federais mais recentes, caso do Plano Nacional de Resíduos Sólidos cuja prorrogação para sua implantação nas cidades foi estendida, ou contam com

incentivos federais menores, caso do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social. Para os municípios de Jundiaí, exceto nas políticas para mulheres e de segurança alimentar, os níveis de implementação foram similares ou superiores às médias observadas no Estado.

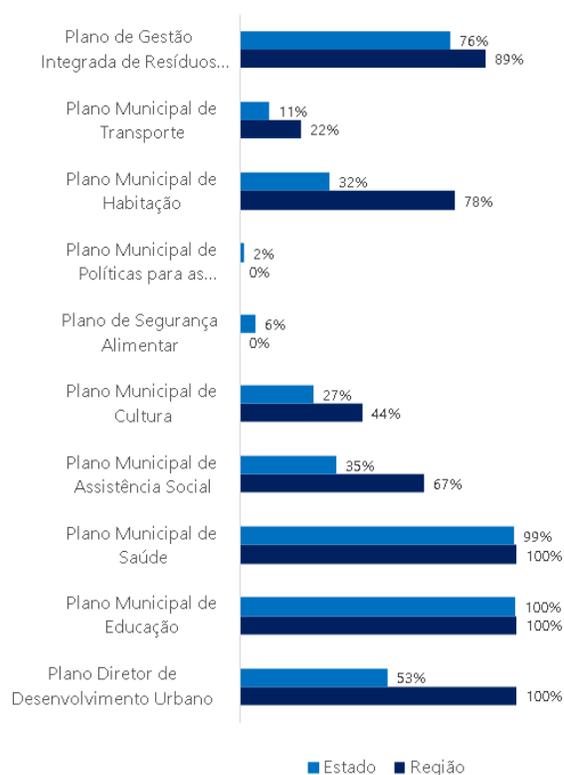


Figura 7: Existência de Planos Setoriais nos municípios por tema

4.3 Instrumentos de planejamento territorial: consórcios intermunicipais

O nível de participação dos municípios em consórcios pode ser explicado por razões similares: áreas com esquemas mais



propensos a colaboração federativa se destacam no associativismo territorial, como é o caso da saúde. Porém em Jundiaí a saúde não possui nenhum município realizando consórcio nesse tema. Também, por esse mesmo raciocínio, deve-se investigar porquê em resíduos sólidos o número de consórcios é bem mais reduzido na média estadual, uma vez que o Plano Nacional de Resíduos Sólidos determina que cidades que desejem receber transferências voluntárias da União devem estar consorciadas, o que pode gerar indução negativa, embora essa seja uma hipótese a ser mais bem investigada. Jundiaí, porém, em resíduos sólidos não segue a tendência estadual e possui 44% do seus municípios consorciados, frente aos 16% do estado. Políticas cujas regras federativas são menos favoráveis a esse tipo de arranjo apresentam números menos alvissareiros, como ocorre com a educação e também se confirma em Jundiaí (7% na média estadual e 0% em Jundiaí). Por outro lado, alguns temas merecem destaque na superioridade de consórcios, além da gestão dos resíduos sólidos, a gestão das águas (175% maior), saneamento básico (230% maior), meio ambiente (144% maior) e turismo (331% maior) possuem destaque positivo em Jundiaí. Em resumo, baseado nos dados

apresentados pela pesquisa de 2015, a região de Jundiaí possui, uma maior propensão ao consorciamento que a média estadual e um dos maiores índices de associativismo. Ainda assim, existem temas abaixo do estado em consórcios que podem ser mais bem explorados como desenvolvimento urbano, assistência e desenvolvimento social, habitação, cultura e, especialmente, saúde.

4.4 Instrumentos de gestão de fomento ao empreendedorismo

Em relação à performance comparada da região em relação às demais 27 do restante do estado, os dados revelam que Jundiaí se mostra da seguinte maneira em relação à implementação dos instrumentos de gestão local: a) Lei Geral (78% dos municípios); b) Via Empresa Rápida (67% dos municípios); c) Sala do Empreendedor (11% dos municípios) e; d) presença de unidade do Sebrae Aqui (22% dos municípios)³. Estes tópicos podem orientar as ações de suporte técnico do SEBRAE-SP. Tais considerações são ainda mais importantes para que os articuladores disponham de uma leitura alinhada com a realidade de suas regiões de atuação.

³ Dados disponibilizados pelo ER de Jundiaí e em fase de revisão final para análise dentro do Mapeamento Técnico.



No uso do poder de compras Jundiaí concentra mais municípios nos níveis básico e intermediário enquanto o estado se concentra do intermediário ao avançado. Em desburocratização, Jundiaí soma mais percentual que o estado em intermediário e básico. Sobre os agentes de desenvolvimento, a região possui a mesma proporção de municípios em classificação avançada, mas ainda mais em intermediário e superior ao estado em nível básico. Na Rede Simples, Jundiaí ocupa uma posição muito semelhante à média estadual no nível básico, com percentual majoritário no nível básico, seguido do intermediário. Nesse último chama atenção pois, assim como o estado, não possui nenhum município em nível avançado.

4.5 Políticas de apoio ao associativismo e cooperativismo

A pesquisa realizada com gestores públicos municipais sobre o tema de associativismo e cooperativismo mostra um universo diversificado, mas ao mesmo tempo potencialmente rico de possibilidades de atuação para o SEBRAE-SP. A localização da área na estrutura administrativa municipal não é homogênea, pois secretarias ou diretorias são duas formas organizacionais usuais. Há uma predominância de homens brancos na gestão das unidades responsáveis, o que está em linha com outras pesquisas que mostram a baixa

presença mulheres e da população negra em cargos de chefia na gestão pública brasileira e municipal. O perfil etário mais representativo, embora não majoritário, é o de 35 a 45 anos e administração é a principal área de formação acadêmica dos gestores. A grande maioria dos profissionais que respondem pelas políticas de inclusão produtiva não possuem empreendedores nas suas famílias.

Constata-se que 70,5% possuem serviço de inspeção municipal, mas há uma oportunidade para o SEBRAE-SP atuar para que os demais municípios atendam ao disposto na legislação nacional. Há presença significativa de cooperativas, associações e grupos informais de trabalhadores, como é usual nos setores de coleta e separação de resíduos sólidos e da pequena produção rural. Para o SEBRAE-SP, esses dados reforçam a importância de capacitar as prefeituras para seguir atuando e ampliando suas iniciativas para atender esses públicos como alternativa de geração de emprego e renda. Por outro lado, indica que, dada a presença expressiva desses grupos, há espaço para que o SEBRAE-SP atue junto às prefeituras para desenvolver ações de formalização e de estruturação das organizações, por exemplo, por meio de sua inserção como MEIs ou trabalhadores autônomos, dentre outras possibilidades, como

as que envolvem economia solidária e outras propostas alternativas.

Em relação às preferências das prefeituras quanto ao perfil dos grupos com os quais desenvolver iniciativa de coleta e separação de resíduos sólidos e apoio a produtores rurais, constata-se que grupos informais sem CNPJ, cooperativas e associações são igualmente relevantes. Assim, para o tipo de apoio que o SEBRAE-SP pode ofertar às cidades, a pesquisa mostra que considerar esses três perfis de entidades seria importante. Por fim, relativo a este tema, a implementação de feiras é uma alternativa amplamente utilizada nas cidades, ainda que possa ser avaliada a possibilidade de sua expansão. Para tanto, deveria ser identificado o perfil desse município, sobretudo seu porte populacional e economia local, para avaliar-se oportunidade de incentivos nessa direção. Esta é mais uma área de atuação para o SEBRAE-SP na sua relação de apoio técnico às prefeituras.

4.6 Compras governamentais

Quanto aos resultados da pesquisa primária que representam o Estado, o perfil de respondentes foi composto majoritariamente por diretores e secretários municipais, com perfil etário jovem e de alta escolaridade. Como resultado, 38,2% se autodeclarou empreendedor e 67,7% afirmou possuir um

empreendedor na família, mostrando como esta característica está correlacionada com a gestão municipal. Quase a totalidade dos municípios (97,7%) usa do site da prefeitura para publicidade na gestão das compras e menos de 30% utilizam portais de pregão (públicos ou não). Cerca de um terço afirmou que utiliza controle manual para gestão dos contratos de compras públicas e 13,6% afirmaram que não possuem planejamento anual de compras. Esses últimos indicadores mostram que existe um espaço para modernização e melhoria das práticas de gestão nas compras municipais.

Em 86,4% das cidades existe algum tipo de planejamento anual de compras, com uma grande parcela que também frequenta cursos de atualização e capacitação no Tribunal de Contas do Estado. Há um grande volume de programas de incentivo à agricultura familiar, enquanto o cadastro de empreendedores ainda é incipiente. Quanto à composição da merenda escolar, na maioria das cidades existem produtores familiares locais (85,4%). A maior parte da alimentação escolar é composta de frutas (89,2%) e vegetais (89,9%), além da presença relevante de outros produtos regionais.

Analisando os dados secundários detalhados para a região de Jundiá é perceptível menor formalização nas fontes das compras totais e de produtos alimentares na educação - ainda que



melhor nesse último caso. Em relação à distribuição das fontes de recursos para as compras municipais a região demonstra ligeira maior importância de compra pelo tesouro e assim, maior flexibilidade. Por outro lado, possui menor relevância de entidades como autarquias e empresas públicas, que são as principais responsáveis por este tipo de recurso. Outro ponto a ser mais bem explorado, seria o potencial para realização de convênios com a esfera federal que possibilitem a aquisição de alimentos para a educação, pois ao que parece, esta é uma fonte de recursos subutilizada na região. Por fim, não houve utilização na região de Jundiaí para compras alimentares escolares da bolsa eletrônica, contra 10% na média estadual, mecanismo este que busca centralizar a relação entre prefeituras e fornecedores.

4.7 Inclusão produtiva

A pesquisa de inclusão produtiva mostrou um universo diversificado, cujo perfil gerencial é similar às demais áreas investigadas. A característica dominante das ações municipais: capacitação técnica e profissional, geração de trabalho, suporte para que produtos sejam escoados no mercado e acesso ao crédito. Esta realidade indica um roteiro de possibilidades para o SEBRAE-SP sobre como e quais temas podem ser orientadores de suas políticas de

assessoria e capacitação dos gestores municipais.

Quanto aos temas dos cursos de capacitação ofertados predominam três frentes: confecção, beleza e padaria e confeitaria. O segundo bloco de atividades se concentra em informática e construção civil. O último grupo de iniciativas engloba gastronomia e assistência técnica e consertos. Apenas baseado nesses dados descritivos não é possível gerar-se inferências, contudo pode-se sugerir pistas para a atuação do SEBRAE-SP. A primeira diz respeito a saber se os cursos são organizados pelo lado da oferta (habilidades existentes nos governos locais) ou pelo lado da demanda (são temas requeridos pela população). Ademais, excluída construção civil, a ampla maioria das ações são voltadas para o setor de serviços.

Com relação às entidades que ofertam atividades de capacitação, a prefeitura é o órgão amplamente dominante, seguido do Sistema S como parceiro. Em terceiro lugar, o papel menos proeminente do governo estadual por meio da atuação do Centro Paula Souza. Os sindicatos vêm em quarto lugar e, por fim, a ação mais reduzida de ONGs.

Sobre o suporte financeiro para a realização das capacitações, bem como para apoiar a presença de alunos, os maiores provedores são as prefeituras e suas secretarias municipais



responsáveis por essas políticas públicas. Sindicatos, ONGs, empresas e recursos federais por meio do ACESSUAS são secundários nesse processo. Em termos mais específicos, lanches são as despesas mais custeadas do que o transporte para estimular a frequência de alunos nos cursos.

Particularmente sobre o ACESSUAS, a cooperação federativa, por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), não é uma alternativa que esteja inserida na gestão da grande maioria dos municípios paulistas. A questão é saber se se trata de um problema dos incentivos do SUAS ou de um programa que não atende as necessidades dos municípios.

O número médio de alunos atendidos mostra que, 44% das cidades, na média, atendem de 11 a 30 pessoas por mês. Por outro lado, 15% das cidades atendem, em média, mais de 100 pessoas mensalmente. Esta é outra área que merece atenção do SEBRAE-SP para identificar as possibilidades de aportar apoio às prefeituras, visando ampliar a quantidade de alunos atendidos.

No campo das ações de inclusão produtiva rural, os municípios investem mais em assistência técnica e extensão rural; de fomento a atividades produtivas e de aquisição de alimentos no âmbito do PAA ou do PNAE. Todos esses com índice de 100% em

percentual de municípios que realizam tal inclusão produtiva, porém, na prática contemplam somente 3 municípios. Isso porque, os maiores percentuais revelam poucos municípios, uma vez que são relativos aos únicos 3 municípios que realizam algum tipo inclusão rural em Jundiaí. Portanto mesmo nas ações rurais mais desenvolvidas, a maioria dos municípios não possuem forma alguma de inclusão. As ações de inclusão produtiva urbana são 15% superiores à média do estado e melhores em representação que a inclusão do rural (7 municípios dos 9). Ainda assim, dentro dessas, algumas ações estão sub-representadas e podem ser alternativas mais bem trabalhadas. Assim como no rural, o associativismo, o cooperativismo e a economia solidária e outros grupos não formalizados estão entre as ações que mais carecem de ações de inclusão produtiva, bem como doação de equipamentos ou kit básico para desempenho do trabalho e fomento a empreendimentos individuais urbanos.

No contexto das ações de crédito e microcrédito, 67% das cidades da região desenvolve esse tipo de ação (6 das 9 cidades). Portanto, novamente os maiores percentuais resultam em um número limitado de municípios (100% equivale a 6 municípios), ainda assim o percentual de municípios contemplados é superior ao estado. O destaque vai para ações

de acesso a crédito por meio do Banco do Povo ou outras organizações congêneres que ocorreu em 6 dos 9 municípios. Já ações de acesso a crédito do Proger Urbano não contemplaram nenhum município e as ações para promover o acesso a microcrédito produtivo orientado estão em percentual inferior à média do estado.

Em resumo, as ações de inclusão produtiva, considerando os dados secundários da região de Jundiaí, se trata de uma política pública utilizada e em alguns casos com percentuais superiores à média estadual. Porém, não é pequeno o número de cidades que não possuem iniciativas nesse campo e que se agrava conforme o tema como no caso do cooperativismo, associativismo e economia solidária, o que indica um espaço grande de atuação para o SEBRAE-SP no sentido de qualificar a oferta dessas políticas em nível municipal.

5. Considerações Finais

Considerando a análise realizada, vê-se que o leque de oportunidades para a melhora no ambiente econômico, social e institucional na região de Jundiaí é bastante expressivo. Nesse sentido, esse capítulo final elenca as questões mais importantes que podem embasar políticas públicas regionais e a atuação do SEBRAE-SP.

Para facilitar a leitura, as questões são apresentadas em forma de tópicos.

1. A região possui alta heterogeneidade nas populações dos Municípios (representando quase 2% da população do estado). Seus municípios variam entre de 13 mil e 418 mil habitantes. Essa diferença pode impactar no tipo de política pública e na sua replicação. A região de Jundiaí teve o mais alto crescimento populacional do Estado.
2. Apesar do maior crescimento Jundiaí, em comparação com o estado, teve baixo envelhecimento e sua população em idade avançada esteve ligeiramente abaixo do estado na pirâmide etária. Por isso, seu crescimento não parece estar associado às pessoas chegando em idades mais avançadas.
3. Apesar de Jundiaí ter razão dos sexos menor que 100, sua população masculina, em proporção, se sobressai à do estado e se sobrepõe em quantidade a população feminina da própria região (período dos 30 aos 34 anos). Essa porção da população em idade ativa mais masculina pode estar relacionada à oferta de trabalho na região. O que corrobora com uma das menores razões dependência de todo o estado e, portanto, grande disponibilidade de pessoas em idade ativa.

4. Em Jundiaí as mulheres estão tendo menos filhos mais jovens, em especial na adolescência, e mais filhos entre os 25 e 29 anos quando comparada ao Estado. Mesmo com um aparente controle de natalidade maior, a região possui uma das taxas de fecundidade totais mais altas de todo SP.
5. A educação possui semelhante participação das escolas públicas nos ensinos fundamental, médio e EJA. Porém se destaca negativamente com maior sobrecarga de alunos por docentes na educação pré-escola, mesmo a educação infantil se destacando do estado em maior participação de escola pública.
6. Mesmo que a região se destaque mais em representação de instituições e matrículas públicas frente a média estadual - especialmente nas de âmbito municipal. Ainda em atendimento das matrículas totais, existe uma maior dependência da região pelas escolas particulares de ensino superior comparada às matrículas atendidas pelas públicas.
7. Sobre a qualidade da educação, Jundiaí proporcionalmente tem um pouco menos de municípios abaixo da meta do IDEB em relação ao Estado. Ainda assim, é um percentual bem alto, 88,9% e existe uma redução drástica na qualidade da Educação conforme se passa do ensino fundamental anos iniciais para fundamental anos finais. Esta tendência é um ponto de vulnerabilidade não só da região, mas de um contexto maior da educação.
8. Em ensino superior se destaca por apresentar 3,8% de todas as instituições públicas do estado, porém em termos de matrículas, essa representação cai para 0,9%. Dessas, existe uma concentração nas áreas de Engenharia, Produção e Construção, com quase o dobro de matrículas nesses cursos em relação ao Estado. Por outro lado, e assim como os cursos técnicos, as instituições de ensino superior na região carecem de formação em áreas como as de: Ciências naturais matemática e estatística; artes e humanidades; agricultura, silvicultura, pesca e veterinária.
9. Jundiaí se apresenta subequipada quando comparada ao estado, tanto em termos de leitos no total, como em leitos de UTI e na disponibilidade de aparelhos respiratórios por 100 mil habitantes. Esta situação pode se agravar quando analisada localmente nos municípios e no contexto de pandemia.
10. Ainda na saúde, as internações por Neoplasmas [tumores] chamam a atenção em causa de internação (5.412

representando 10,33%) bem como por estarem acima dessa proporção no estado. Somando essa enfermidade às doenças do aparelho circulatório -também acima do estado- corresponderam a 56% do total de mortes em Jundiaí. Nesse sentido, parcerias com cursos técnicos e superiores na área de saúde podem ser um caminho para maiores investigações e possíveis ações.

11. Em assistência social, Jundiaí obteve, no geral, cobertura relativa de equipamentos proporcional à fração da sua população representada no estado, com exceção da cobertura do Centro POP, que possui percentual inferior. Já sua representação no CadÚnico (1,1%) está abaixo da sua representação populacional, mas ganha destaque, especialmente, pelas famílias quilombolas que representam 2,0% de todo o estado. População essa que pode ser central em projetos do SEBRAE.

12. Jundiaí, comparativamente ao Estado, possui um menor percentual tanto de pessoas de baixa renda cadastradas, como um menor percentual de pessoas em extrema pobreza. Porém, vale ressaltar, que algumas localidades não compartilham desse contexto e que numericamente a região possui quantidades expressivas de pessoas na extrema pobreza (42.954

habitantes). O que sinaliza ações para a região, como as de inclusão produtiva, são de grande importância.

13. Em relação ao desenvolvimento humano, Jundiaí apresentou nível mais elevado que o estado em todas as categorias de IDHM (educação, renda e longevidade). Com destaque para a educação, 1,8% maior que a do estado e ocupando o 3º lugar comparada as demais regiões. O IPRS também converge com valores ligeiramente superiores ao Estado, porém, quando comparada às demais regiões com base no IPRS, o de renda ocupa posição mais elevada (2ª no IPRS e 3ª no IDHM) enquanto o IPRS de educação e longevidade caem nas posições (ambos em 4ª no IDHM e 6ª e 5ª no IPRS respectivamente). O que pode ter relação com seus maiores investimentos em educação quando comparados à média estadual.

14. Mesmo que, com índices de desenvolvimentos comparados altos, frente a uma política pública vale se atentar para discrepâncias de desenvolvimento existentes entre os municípios da região que não condizem com o desenvolvimento médio de Jundiaí.

15. Jundiaí possui alta participação no PIB do estado, representando 3,7% do mesmo e seu PIB *per capita* é 80% superior ao PIB *per capita* médio de SP. Ainda é importante ressaltar que o PIB alto e com grande participação industrial pode não representar todos os municípios da região, e ainda com um PIB alto, é possível ter desigualdades. Por isso, o cenário sugere uma pesquisa mais profunda em relação à distribuição das riquezas, inclusive, dentro de cada município.
16. A região indica um perfil com vocação para serviços e comércio, além da vocação industrial (acima do estado), quase nenhuma vocação agropecuária e, possivelmente, pouca representatividade do serviço público nas demandas e desenvolvimento da região. Fator este último que pode ser mais bem trabalhado junto ao SEBRAE.
17. Assim como o estado, Jundiaí possui a maioria das empresas (71%) sendo classificadas como microempresa, seguida de pequenas empresas (16%). Já em relação aos vínculos formais o destaque vai para as pequenas e microempresas. Elas também se destacam pelos rendimentos médios acima do estado. Por isso, podem indicar uma modalidade organizacional promissora para futuros consórcios.
18. Quanto a participação das MPE's no total de vínculos empregatícios, apesar da pouca variação entre as regiões do estado, Jundiaí representa uma das menores taxas de vínculos formais de emprego relacionados à MPE's. O que se refletiu também no baixo percentual de assistência técnica proveniente dessa modalidade. Por isso, essa modalidade também chama atenção, mas no sentido de possíveis ações de fomento.
19. Sobre o perfil produtivo na região, se destacam a fabricação de bebidas tanto na economia total como na economia das PME's superiores ao estado. Já em termos de participação na economia da região e no número total de empresas as do setor do comércio e atacado por varejo foram as que mais se destacaram (mesmo em concentração inferior à estadual). Estes são, portanto, setores fortes na caracterização do mercado de Jundiaí.
20. Na economia de mercado, a fabricação de bebidas, seguida de fabricação de peças e acessórios para veículos automotores e fabricação de equipamentos de informática, representam mais de três vezes o percentual de vínculos dessa categoria que a média do estado. Dessas três, somente a de bebida continua com o mesmo destaque

em quociente nas MPE's, indicando um destaque dessa modalidade.

21. Sobre o setor agropecuário, um dos pontos focais do SEBRAE-SP, a região de Jundiaí apresenta participação de 61% da agricultura familiar entre os estabelecimentos e cerca de 26% aderem a algum tipo de associação (inferior aos 33,8% do estado). O que possivelmente se deve ao perfil não agrícola da região. Ainda assim, a produção de lavouras permanentes (36,2%) é a atividade mais proeminente e 129% superior ao estado. Indicando uma possível tendência, ainda que a agricultura não seja a principal atividade de Jundiaí. Por outro lado, a participação da produção florestal (plantadas e nativas) representam uma participação 64 % inferior.

22. As cooperativas se distanciam muito do estado para baixo em assistência técnica (5,7% ante 24,7%) o que parece estar relacionado ao baixíssimo percentual dessa modalidade entre as formas de associação da região (19% ante 72% do estado). Maiores investigações podem ser feitas a respeito do porquê dessa disparidade em relação ao estado, como, por exemplo se a competição com grandes corporações impede a sustentabilidade dos agricultores familiares na região e de pequenas associações. Assim, seria possível decidir

qual o melhor caminho do SEBRAE para fomentar os agricultores familiares e cooperados que se encontram sub-representados.

23. Contraditoriamente ao PIB mais elevado e mais industrial, o rendimento médio dos trabalhadores formais nas empresas é inferior àquele observado no restante do Estado. Isso se deve ao rendimento inferior das empresas de grande porte, somente 86,8% do valor médio estadual.

24. Em relação ao impacto da pandemia do COVID-19, Jundiaí demonstrou mais vulnerabilidade que a média do estado em quase todos os meses, de janeiro a julho. Com exceção de março e julho, Jundiaí esteve sempre com menor saldo positivo de empregos formais e maiores saldos negativos também dos empregos formais. O que pode ter influenciado o percentual maior de auxílio emergencial, quando comparado aos índices de CadÚnico.

25. O maior responsável pelos percentuais de desligamentos durante a pandemia foi a agropecuária que cresceu fora da região. Sobre o porte, pequenas empresas em Jundiaí conseguiram se manter menos afetadas quando comparadas à média estadual, ainda que com movimentação também negativa, enquanto as grandes

obtiveram o maior percentual de desligamento, destoando do contexto estadual. Essa análise influencia possíveis políticas de enfrentamento às consequências do COVID, para que direcionem seus esforços pensando em estratégias de inclusão produtiva dessa porção de desempregados correspondente à taxa negativa entre empregos gerados e demitidos.

26. Em relação à receita *per capita* a região se apresentou acima do estado (R\$ 4.553,52 contra R\$ 3.910,65) o que a colocou com o 2º maior índice comparado às demais regiões. Entretanto, vale ressaltar a heterogeneidade entre as cidades da região, sendo que alguns municípios não chegam à 60% desse valor.

27. A capacidade de pagamento em Jundiaí, no geral, demonstrou estar acima do estado. O destaque vai para o indicador de endividamento da região em que seus 9 municípios (100%) conseguiram nota CAPAG A. Ao mesmo tempo, o indicador de liquidez foi o único dos três (Endividamento, poupança corrente e liquidez) a apresentar maior percentual de municípios com nota C.

28. Quanto aos instrumentos de planejamento municipal (territorial e setorial), há uma implementação superior à média do estado

em diversas políticas cuja indução federativa possui exigência legal que a torne mandatária, bem como nas que não possuem exigência. Porém, planos setoriais na média estadual, cujo planejamento é mais dependente da vontade política no âmbito da autonomia municipal tendem a ser bem menos planejadas, tendo os planos municipais como proxy. Estes são os casos de áreas como políticas para mulheres e segurança alimentar que se intensificam negativamente ainda mais em Jundiaí, onde nenhum município contempla o planejamento dessas áreas. Também o tema de políticas para as mulheres chama atenção por não acontecer em nenhum dos 9 municípios da região.

29. Jundiaí, possui 3 entidades associativas de catadores de materiais recicláveis e 282 integrantes. Considerando ainda que o consórcio municipal na região em manejo de resíduos sólidos foi significativamente superior ao do estado, tais entidades associativas possuem destaque em Jundiaí e indicam possibilidade de atuação em políticas públicas de inclusão.

30. Sobre as compras governamentais, Jundiaí possui menor formalização nas fontes das compras totais e de produtos alimentares na educação também possui menor relevância de entidades como autarquias e empresas



públicas, que são as principais responsáveis por este tipo de recurso. Outro ponto a ser mais bem explorado, seria o potencial para realização de convênios com a esfera federal que possibilitem a aquisição de alimentos para a educação, pois ao que parece, esta é uma fonte de recursos subutilizada na região. Por fim, não houve utilização na região de Jundiaí para compras alimentares escolares da bolsa eletrônica, mecanismo este que busca centralizar a relação entre prefeituras e fornecedores.

distribuição de alimentos ou ações de doação de sementes ou matrizes de pequenos animais. Também estão sub-representadas as ações de inclusão envolvendo associativismo, cooperativismo e economia solidária, o que reforça a região de Jundiaí ter se posicionado abaixo da média estadual também em percentual de empreendimentos associados, como dito anteriormente. Tais sub-representações indicam possibilidades de atuação para o SEBRAE-SP no sentido de qualificar a oferta dessas políticas em nível municipal.

31. No tocante às ações de inclusão produtiva na região, é significativo o número de cidades com ações de inclusão na região para a geração de trabalho e renda no geral (7 de 9). Porém, há ainda um contingente não desprezível de cidades nas quais essas ações não figuram como políticas públicas, especialmente as de inclusão produtiva rural que figuram em somente 3 dos 9 municípios.

32. Sobre os esforços rurais dessas 3 cidades em inclusão se destacaram incentivos ao crédito, assistência técnica e extensão rural e nos programas PAA e PNAE. Por outro lado, pode melhorar os incentivos relacionados as aquisições de demandas regulares, além do transporte, armazenagem, comercialização e